



Câmara Municipal de **INDEPENDÊNCIA**

“ O Legislativo ao lado do Povo”

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 686/2020

Autor: Poder Executivo

Ementa: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER Nº 001/2020.

Relator: Vereador Francisco Nemesio Cavalcante.

Relatório:

Trata-se o presente Projeto de Lei das diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e dá outras providências, encaminhado a esta Comissão para análise e parecer.

A LDO é o instrumento estabelecido na Constituição Federal para fazer ligação entre o PPA e a LOA, tendo como objetivo primeiro o estabelecimento dos parâmetros necessários à alocação de recursos no orçamento anual, de forma a viabilizar, na medida do possível, atingir as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no PPA.

Da análise, constam que as ações prioritárias e as respectivas metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2021, estão em conformidade com o PPA.



Câmara Municipal de INDEPENDÊNCIA

“ O Legislativo ao lado do Povo ”

Quanto ao mérito, o Projeto vem atendendo as exigências constitucionais e infraconstitucionais, o equilíbrio fiscal, os critérios adotados para as estimativas das receitas, os limites para os principais itens de despesas, e ainda a forma de utilização da Reserva de Contingência, entre outras matérias relacionadas com a execução orçamentária e financeira. Portanto, opino favorável a tramitação do Projeto.

É O PARECER DO RELATOR.

Sala das Comissões em, 20 de maio de 2020.


FRANCISCO NEMESIO CAVALCANTE
RELATOR

APROVADO POR
UNANIMIDADE DE
22/05/2020

Ioneide de Lima Atalio
Secretaria Geral

ACOMPANHA O PARECER DO SENHOR RELATOR:


Vereador GLEDERLANIO LACERDA CAVALCANTE
PRESIDENTE


Vereador CIRO LEOPOLDO COUTINHO
SECRETÁRIO


Vereador FRANCISCO NEMESIO CAVALCANTE
RELATOR










Câmara Municipal de INDEPENDÊNCIA

“ O Legislativo ao lado do Povo ”

PROJETO DE LEI Nº 686/2020

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

REGISTRADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MAIO DE 2019.

DISTRIBUIÇÃO:

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARA EMISSÃO DE PARECER, CONFORME DETERMINA O ARTIGO 239 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL.
EM: 08/05/2020.

JOÃO EDELTRUDES SOARES NETO
PRESIDENTE

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Recebido em: 08/05/2020

Gilderlanio Lacerda Cavalcante
PRESIDENTE

NOMEIO O VEREADOR FRANCISCO NEMESIO CAVALCANTE
COMO RELATOR DESTA MATÉRIA.

EM: 08/03/2020.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

RECEBI EM: 08/03/2020

RELATOR

Ofício Nº 025/2020 Independência-Ce, 27 de março de 2020.

Município: Independência

Prefeitura Municipal de Independência

Encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - Exercício Financeiro de 2021

Exmo. Sr. Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me do presente expediente para encaminhar-lhe a Mensagem nº 04 e o Projeto de Lei nº 686, ambos de 27 de março de 2020, que versam sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021.

Certo de contar com apoio dos que fazem o Poder Legislativo Municipal, reiteramos votos de profícuo trabalho na condução desta Augusta Casa.

Atenciosamente,



José Valdi Coutinho

Prefeito Municipal de Independência

A Sua Excelência

Sr. João Edel Trudes Soares Neto

Presidente da Câmara Municipal

Independência - Ce

Recebi em
01/04/2020

Kneildo de Lima Araújo
Secretaria Geral

MENSAGEM Nº 04.

Senhores (a) Membros da Câmara Municipal de Independência,

Em obediência ao art. 165, inciso II, parágrafo 2º, da Constituição Federal, temos a honra de fazer apresentar à consideração superior desta Câmara Municipal, o Projeto de Lei nº 686/2020, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município, relativa ao exercício financeiro de 2021.

O incluso Projeto de Lei, além das exigências constitucionais e infraconstitucionais, dispõe ainda sobre o equilíbrio fiscal, os critérios adotados para as estimativas das receitas, os limites para os principais itens de despesas, e ainda sobre a forma de utilização da Reserva de Contingência, entre outras matérias relacionadas com execução orçamentária e financeira.

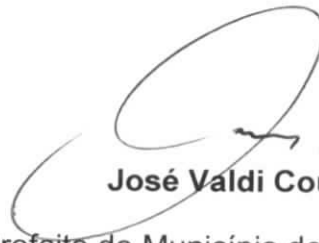
O Projeto de Lei ora submetido à apreciação dos Nobres Edis, atende aos preceitos contidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a qual delinea sobre as prioridades da administração municipal, da organização e estruturas dos orçamentos, das diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações, da receita pública, e das disposições relativas às despesa com pessoal e encargos sociais.

Isto posto, além das metas e prioridades para a elaboração da Lei Orçamentária anual para o exercício financeiro de 2021, o presente Projeto estabelece a metodologia estatística para a apuração da estimativa da próxima lei

orçamentária, bem como as demais normas pertinentes ao processamento da receita e despesa orçamentária, que deveram constar da proposta orçamentária a ser remetida ao Poder Legislativo no prazo definido pelo inciso V do art. 42 da Constituição Estadual.

Essas, Senhores(a) Vereadores(a), são as considerações que submetemos, à elevada apreciação e consideração de Vossas Excelências, instante em que, antecipadamente agradeço o apoio dispensado a matéria.

Paço Municipal Deputado Alceu Vieira Coutinho, aos 27 dias do mês de março de 2020.



José Valdi Coutinho

Prefeito do Município de Independência

Recebi em
01/04/2020

Kneleide de Lima Araújo
Secretaria Geral

Lei de Diretrizes Orçamentárias

- LDO -

Exercício Financeiro de 2021

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 686, de 27 de março de 2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Independência, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

**L
E
I**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Independência, Estado do Ceará, para o exercício de 2021 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece as determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA

PORTARIA Nº 286, de 7 de maio de 2019-STN, 10ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2020.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.07.00 DEMONSTRATIVO 6 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO 7 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2021, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS



Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2021 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2021, 2022 e 2023 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, as METAS ANUAIS DA LDO 2021, contam com o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo único - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2021, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três

Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 12 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 13 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 14 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2021, 2022 e 2023.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL.

Art. 15 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Art. 16 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN

§ 1º - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

§ 2º - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

§ 3º - A unificação dos Demonstrativos de Resultados Primário e Nominal, obedeceram as determinações da Portaria STN Nº 495/2017 e o modelo de relatório da Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 17 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2021, 2022 e 2023.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 18 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 19 - O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será

estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 20 - A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Parágrafo Único – A movimentação de crédito orçamentário do mesmo Grupo de Natureza de Despesa (GND), de um elemento econômico para outro, ou de uma Fonte de Recurso para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, não compreenderá o limite previsto no art. 27 desta Lei, e será processada mediante Decreto Executivo.

Art. 21 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 22 - O Orçamento para exercício de 2021 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 23 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 24 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos discricionários; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 25 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2021, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2020 (art. 4º, § 2º da LRF).

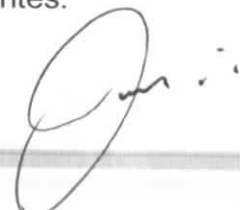
Art. 26 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 27 - O Orçamento para o exercício de 2021 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,5%(zero vírgula cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas e 100%(cem por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2021, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.



Art. 28 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 31 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2021, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 32 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 33 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 34 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 35 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 36 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

Art. 37 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 38 - Durante a execução orçamentária de 2021, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 39 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 40 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2021 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41 - A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 42 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 43 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 44 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2021, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021.

Art. 45 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2021, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2020, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 46 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 47 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):



- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 48 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 49 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 50 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 51 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



INDEPENDÊNCIA
PREFEITURA
Terra de todos nós

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO
PREFEITURA DE INDEPENDÊNCIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

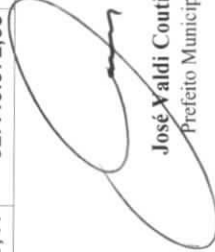
ANEXOS

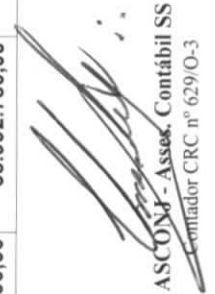
Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I - RECEITAS
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA		PREVISÃO		
	2018	2019	2020	2020	2021	2022	2023	(R\$)
RECEITAS CORRENTES	46.990.828,41	51.068.905,43	50.404.800,00	50.404.800,00	55.445.280,00	60.989.808,00	67.088.788,80	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.729.944,02	2.479.076,78	1.702.400,00	1.702.400,00	1.872.640,00	2.059.904,00	2.265.894,40	
CONTRIBUIÇÕES	186.092,19	226.510,62	120.000,00	120.000,00	132.000,00	145.200,00	159.720,00	
RECEITA PATRIMONIAL	299.847,98	135.524,21	128.000,00	128.000,00	140.800,00	154.880,00	170.368,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	2.618,19	136,32	11.000,00	11.000,00	12.100,00	13.310,00	14.641,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.840.317,28	53.467.941,96	53.897.000,00	53.897.000,00	59.286.700,00	65.215.370,00	71.736.907,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75.928,25	37.108,46	91.600,00	91.600,00	100.760,00	110.836,00	121.919,60	
RECEITAS DE CAPITAL	434.800,00	1.380.167,20	3.225.000,00	3.225.000,00	3.547.500,00	3.902.250,00	4.292.475,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	66.000,00	72.600,00	79.860,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.500,00	6.050,00	6.655,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	434.800,00	1.380.167,20	3.160.000,00	3.160.000,00	3.476.000,00	3.823.600,00	4.205.960,00	
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-5.143.919,50	-5.277.392,92	-5.545.200,00	-5.545.200,00	-6.099.720,00	-6.709.692,00	-7.380.661,20	
Total	47.425.628,41	52.449.072,63	53.629.800,00	53.629.800,00	58.992.780,00	64.892.058,00	71.381.263,80	

Independência-CE, 27 de Março de 2020


 José Valdi Coutinho
 Prefeito Municipal


 ASCONJ - Asses. Contábil SS
 Contador CRC nº 629/O-3


 João Gomes Coutinho Neto
 Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA			ORÇADA			PREVISÃO		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2021	2022	2023
	(R\$)								
DESPESAS CORRENTES (I)									
Pessoal e Encargos Sociais	46.495.223,70	49.547.799,37	47.823.006,00	52.605.306,60	57.865.837,27	63.652.420,99	52.605.306,60	57.865.837,27	63.652.420,99
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	29.540.929,72	30.386.253,80	31.878.903,50	35.066.793,85	38.573.473,24	42.430.820,56	35.066.793,85	38.573.473,24	42.430.820,56
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	29.540.929,72	30.386.253,80	31.878.903,50	35.066.793,85	38.573.473,24	42.430.820,56	35.066.793,85	38.573.473,24	42.430.820,56
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	800,00	880,00	968,00	1.064,80	880,00	968,00	1.064,80
Outras Despesas Correntes	16.954.293,98	19.161.545,57	15.943.302,50	17.537.632,75	19.291.396,03	21.220.535,63	17.537.632,75	19.291.396,03	21.220.535,63
Transferência da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	16.954.293,98	19.161.545,57	15.943.302,50	17.537.632,75	19.291.396,03	21.220.535,63	17.537.632,75	19.291.396,03	21.220.535,63
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPA DE CAPITAL (II)									
Investimentos	1.712.657,58	2.547.264,57	4.197.900,00	4.617.690,00	5.079.459,00	5.587.404,90	4.617.690,00	5.079.459,00	5.587.404,90
Transferências a União	1.411.471,39	2.253.597,62	4.007.500,00	4.408.250,00	4.849.075,00	5.333.982,50	4.408.250,00	4.849.075,00	5.333.982,50
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	1.411.471,39	2.253.597,62	4.007.500,00	4.408.250,00	4.849.075,00	5.333.982,50	4.408.250,00	4.849.075,00	5.333.982,50
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	11.120,30	0,00	40.000,00	44.000,00	48.400,00	53.240,00	44.000,00	48.400,00	53.240,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	11.120,30	0,00	40.000,00	44.000,00	48.400,00	53.240,00	44.000,00	48.400,00	53.240,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	290.065,89	293.666,95	150.400,00	165.440,00	181.984,00	200.182,40	165.440,00	181.984,00	200.182,40
Aplicações Diretas	290.065,89	293.666,95	150.400,00	165.440,00	181.984,00	200.182,40	165.440,00	181.984,00	200.182,40
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	1.608.894,00	1.769.783,40	1.946.761,73	2.141.437,91	1.769.783,40	1.946.761,73	2.141.437,91

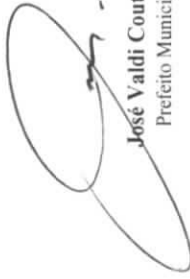
Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA 2020	PREVISÃO		
	2018	2019		2021	2022	2023
Total	48.207.881,28	52.095.063,94	53.629.800,00	58.992.780,00	64.892.058,00	71.381.263,80

Independência-CE, 27 de Março de 2020



José Valdi Coutinho
Prefeito Municipal



ASCONJ - Asses. Contábil SS
Contador CRC nº 629/O-3



João Gomes Coutinho Neto
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	46.990.828,41	51.068.905,43	50.404.800,00	55.445.280,00	60.989.808,00	67.088.788,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.729.944,02	2.479.076,78	1.702.400,00	1.872.640,00	2.059.904,00	2.265.894,40
Contribuições	186.092,19	226.510,62	120.000,00	132.000,00	145.200,00	159.720,00
Receita Patrimonial	299.847,98	135.524,21	128.000,00	140.800,00	154.880,00	170.368,00
Aplicações Financeiras (II)	299.847,98	135.524,21	128.000,00	140.800,00	154.880,00	170.368,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.618,19	136,32	11.000,00	12.100,00	13.310,00	14.641,00
Transferências Correntes	44.696.397,78	48.190.549,04	48.351.800,00	53.186.980,00	58.505.678,00	64.356.245,80
Outras Receitas Correntes	75.928,25	37.108,46	91.600,00	100.760,00	110.836,00	121.919,60
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	75.928,25	37.108,46	91.600,00	100.760,00	110.836,00	121.919,60
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	46.690.980,43	50.933.381,22	50.276.800,00	55.304.480,00	60.834.928,00	66.918.420,80
RECEITAS DE CAPITAL (V)	434.800,00	1.380.167,20	3.225.000,00	3.547.500,00	3.902.250,00	4.292.475,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	60.000,00	66.000,00	72.600,00	79.860,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	5.000,00	5.500,00	6.050,00	6.655,00
Alienação de Bens Móveis (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	434.800,00	1.380.167,20	3.160.000,00	3.476.000,00	3.823.600,00	4.205.960,00
Outras Receitas de Capital (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	434.800,00	1.380.167,20	3.165.000,00	3.481.500,00	3.829.650,00	4.212.615,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	47.125.780,43	52.313.548,42	53.441.800,00	58.785.980,00	64.664.578,00	71.131.035,80
ACIMA DA LINHA						
DESPESAS PRIMÁRIAS	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES (XIII)	46.495.223,70	49.547.799,37	47.823.006,00	52.605.306,60	57.865.837,27	63.652.420,99
Pessoal e Encargos Sociais	29.540.929,72	30.386.253,80	31.878.903,50	35.066.793,85	38.573.473,24	42.430.820,56
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	800,00	880,00	968,00	1.064,80
Outras Despesas Correntes	16.954.293,98	19.161.545,57	15.943.302,50	17.537.632,75	19.291.396,03	21.220.535,63
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	46.495.223,70	49.547.799,37	47.822.206,00	52.604.426,60	57.864.869,27	63.651.366,19
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.712.657,58	2.547.264,57	4.197.900,00	4.617.690,00	5.079.459,00	5.587.404,90
Investimentos	1.411.471,39	2.253.597,62	4.007.500,00	4.408.250,00	4.849.075,00	5.333.982,50
Inversões Financeiras	11.120,30	0,00	40.000,00	44.000,00	48.400,00	53.240,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Cred. de Cap já Inteq (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	290.065,89	293.666,95	150.400,00	165.440,00	181.984,00	200.182,40
DESP. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	1.422.591,69	2.253.597,62	4.047.500,00	4.452.250,00	4.897.475,00	5.387.222,50
RESERVA DO RPPS XXIIa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	1.608.894,00	1.769.783,40	1.946.761,73	2.141.437,91
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	47.917.815,39	51.801.396,99	53.478.600,00	58.826.460,00	64.709.106,00	71.180.016,60
RESULTADO PRIMÁRIO-Acima da linha (XXIV) = (XII - XXIII)	-792.034,96	512.151,43	-36.800,00	-40.480,00	-44.528,00	-48.980,80

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

ABAIXO DA LINHA						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	2018 (b)	2019 (c)	2020 (d)	2021 (e)	2022 (f)	2023 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	858.712,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	1.225.464,84	2.000.000,00	2.040.000,00	2.080.800,00	2.122.416,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.440.850,47	6.296.585,77	6.500.000,00	6.630.000,00	6.762.600,00	6.897.852,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar (XXX)	7.052.382,32	5.071.120,93	4.500.000,00	4.590.000,00	4.681.800,00	4.775.436,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	858.712,35	-1.225.464,84	-2.000.000,00	-2.040.000,00	-2.080.800,00	-2.122.416,00
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa-XXXIb)	5.209.778,43	2.084.177,19	774.535,16	40.000,00	40.800,00	41.616,00

a* Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2016(R\$6.068.490,78)

AJUSTE METODOLÓGICO	EXERCÍCIO DE 2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXd - XXXe)	-90.000,00
RECEITA DE ALIEN.DE INVEST. PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) = (XXXI)	-2.040.000,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGTO. DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
RESULTADO DO BACEM (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - abaixo da linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	-1.910.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX)	-1.910.000,00

Independência-CE, 27 de Março de 2020


José Valdi Coutinho
Prefeito Municipal


ASCOJA - Asses. Contábil SS
contador CRC nº 629/O-3

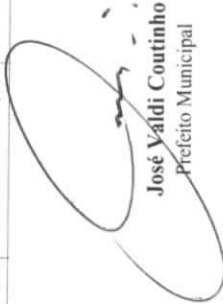

João Gomes Coutinho Neto
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.068.490,78	858.712,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	6.068.490,78	858.712,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	1.225.464,84	2.000.000,00	2.040.000,00	2.080.800,00	2.122.416,00
Ativo Disponível	6.068.490,78	6.440.850,47	6.296.585,77	6.500.000,00	6.630.000,00	6.762.600,00	6.897.852,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	8.224.706,82	7.052.382,32	5.071.120,93	4.500.000,00	4.590.000,00	4.681.800,00	4.775.436,00
Dívida Consolidada Líquida	6.068.490,78	858.712,35	-1.225.464,84	-2.000.000,00	-2.040.000,00	-2.080.800,00	-2.122.416,00

Independência-CE, 27 de Março de 2020


José Valdi Coutinho
Prefeito Municipal


ASCON Asses. Contábil SS
Comador CRC nº 629/O-3


João Gomes Coutinho Neto
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2021

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

(R\$)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Identificação dos Riscos	2021	Providência	2021
1 Demandas Judiciais	300.000,00		300.000,00
Demandas Trabalhistas	300.000,00	Cred. Adic. por: anulação de dotação orçamentária.	300.000,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Identificação dos Riscos	2021	Providência	2021
7 Frustração de Arrecadação	2.000.000,00	Limitação de empenho.	2.000.000,00
SUBTOTAL	2.000.000,00	SUBTOTAL	2.000.000,00
TOTAL	2.300.000,00	TOTAL	2.300.000,00

Independência-CE, 27 de Março de 2020


José Valdi Coutinho
Prefeito Municipal


ASCONT-Asses. Contábil SS
Contador CRC nº 629/O-3


João Gomes Coutinho Neto
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
2021

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

ESPECIFICAÇÃO	2021					2022					2023				
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100			
	Receita Total	58.992.780,00	56.865.991,90	0,037	0,301	64.892.058,00	60.402.351,23	0,040	0,292	71.381.263,80	64.195.825,10	0,043	0,299		
Receitas Primárias (I)	58.780.480,00	56.661.345,67	0,037	0,300	64.658.528,00	60.184.978,54	0,040	0,291	71.124.380,80	63.964.800,66	0,043	0,298			
Despesa Total	58.992.780,00	56.865.991,90	0,037	0,301	64.892.058,00	60.402.351,23	0,040	0,292	71.381.263,80	64.195.825,10	0,043	0,299			
Despesas Primárias (II)	58.826.460,00	56.705.668,02	0,037	0,300	64.709.106,00	60.232.057,19	0,040	0,292	71.180.016,60	64.014.836,01	0,043	0,299			
Resultado Primário (III)=(I-II)	58.780.480,00	56.661.345,67	0,037	0,300	64.658.528,00	60.184.978,54	0,040	0,291	71.124.380,80	63.964.800,66	0,043	0,298			
Resultado Nominal	40.000,00	38.557,93	0,000	0,000	40.800,00	37.977,16	0,000	0,000	41.616,00	37.426,82	0,000	0,000			
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000			
Dívida Consolidada Líquida	-2.040.000,00	-1.966.454,60	-0,001	-0,010	-2.080.800,00	-1.936.835,05	-0,001	-0,009	-2.122.416,00	-1.908.767,64	-0,001	-0,009			

Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

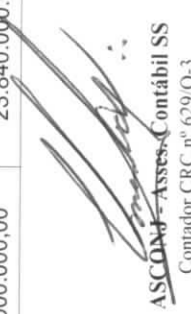
VARIÁVEIS	2021	2022	2023
	PIB real (crescimento % anual)	2,65	2,62
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,80	11,80	11,80
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	4,03	4,07	4,13
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	3,74	3,56	3,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ bilhões	158.768.000.000,00	162.928.000.000,00	167.001.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL - R\$ bilhões	19.589.000.000,00	22.190.000.000,00	23.840.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2021	2022	2023
Valor Corrente / 1,03740	Valor Corrente / 1,07433	Valor Corrente / 1,11193

Independência-CE, 27 de Março de 2020


José Valdi Coutinho
Prefeito Municipal


ASCON - Asses. Contábil SS
Contador CRC nº 629/O-3


João Gomes Coutinho Neto
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2021

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

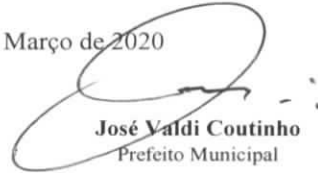
ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2019 (a)	% PIB	% RCL	II - Metas Realizadas 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II - I)	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	52.449.072,63	0,035	0,286	52.449.072,63	0,035	0,255	0,00	0,00
Receitas Primárias (I)	226.510,62	0,000	0,001	52.313.548,42	0,035	0,255	52.087.037,80	22995,40
Despesa Total	52.095.063,94	0,034	0,284	52.095.063,94	0,034	0,254	0,00	0,00
Despesas Primárias (II)	0,00	0,000	0,000	51.801.396,99	0,034	0,252	51.801.396,99	0,00
Resultado Primário (III)=(I - II)	226.510,62	0,000	0,001	512.151,43	0,000	0,002	285.640,81	126,10
Resultado Nominal	-755.796,55	0,000	-0,004	2.084.177,19	0,001	0,010	2.839.973,74	-375,75
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	1.225.464,84	0,001	0,007	-1.225.464,84	-	-0,006	-2.450.929,68	-200,00

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2019

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2019	151.221.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2019	151.221.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2019	18.340.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2019	20.534.000.000,00

Independência-CE, 27 de Março de 2020


José Valdi Coutinho
Prefeito Municipal


ASCONJ - Asses. Contábil SS
Contador CRC nº 629/O-3


João Gomes Coutinho Neto
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2021

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	47.425.628,41	52.449.072,63	10,6	53.629.800,00	2,3	58.992.780,00	10,0	64.892.058,00	10,0	71.381.263,80	10,0
Receitas Primárias (I)	47.125.780,43	52.313.548,42	11,0	53.441.800,00	2,2	58.785.980,00	10,0	64.664.578,00	10,0	71.131.035,80	10,0
Despesa Total	48.207.881,28	52.095.063,94	8,1	53.629.800,00	3,0	58.992.780,00	10,0	64.892.058,00	10,0	71.381.263,80	10,0
Despesas Primárias (II)	47.917.815,39	51.801.396,99	8,1	53.478.600,00	3,2	58.826.460,00	10,0	64.709.106,00	10,0	71.180.016,60	10,0
Resultado Primário (III)=(I - II)	-792.034,96	512.151,43	0,0	-36.800,00	-107,2	-40.480,00	10,0	-44.528,00	0,0	-48.980,80	0,0
Resultado Nominal	5.209.778,43	2.084.177,19	-60,0	774.535,16	-62,8	40.000,00	-94,8	40.800,00	2,0	41.616,00	2,0
Dívida Pública Consolidada	858.712,35	0,00	-100,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívida Consolidada Líquida	858.712,35	-1.225.464,84	-242,7	-2.000.000,00	63,2	-2.040.000,00	2,0	-2.080.800,00	2,0	-2.122.416,00	2,0

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	51.250.505,34	54.337.239,24	6,0	53.629.800,00	-1,3	56.865.991,90	6,0	60.402.351,23	6,2	64.195.825,10	6,3
Receitas Primárias (I)	50.926.474,62	54.196.836,16	6,4	53.441.800,00	-1,4	56.666.647,39	6,0	60.190.609,96	6,2	63.970.785,75	6,3
Despesa Total	52.095.846,91	53.970.486,24	3,6	53.629.800,00	-0,6	56.865.991,90	6,0	60.402.351,23	6,2	64.195.825,10	6,3
Despesas Primárias (II)	51.782.387,20	53.666.247,28	3,6	53.478.600,00	-0,3	56.705.668,02	6,0	60.232.057,19	6,2	64.014.836,01	6,3
Resultado Primário (III)=(I - II)	-855.912,58	530.588,88	0,0	-36.800,00	-106,9	-39.020,63	0,0	-41.447,23	0,0	-44.050,26	0,0
Resultado Nominal	5.629.947,06	2.159.207,57	-61,6	774.535,16	-64,1	38.557,93	-95,0	37.977,16	-1,5	37.426,82	-1,4
Dívida Pública Consolidada	927.967,50	0,00	-100,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívida Consolidada Líquida	927.967,50	-1.269.581,57	-236,8	-2.000.000,00	57,5	-1.966.454,60	-1,7	-1.936.835,05	-1,5	-1.908.767,64	-1,4

Nota:

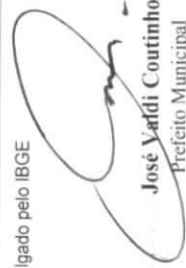
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

	ÍNDICES DE INFLAÇÃO		
	2019	2021*	2023*
3,75	4,31	3,74	3,50

VALORES DE REFERÊNCIA			
Valor Corrente x 1,08065	Valor Corrente x 1,03600	Valor Corrente / 1,03740	Valor Corrente / 1,11193
		1,07433	

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Independência-CE, 27 de Março de 2020


José Vardi Coutinho
Prefeito Municipal


ASCOM - Asses. Contábil SS
Contador CRC nº 629/O-3
João Gomes Coutinho Neto
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
2021


AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)


(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	18.690.804,30	100,00	15.594.246,58	100,00	12.265.789,26	100,00
TOTAL	18.690.804,30	100,00	15.594.246,58	100,00	12.265.789,26	100,00

Independência-CE, 27 de Março de 2020


José Valdi Coutinho
Prefeito Municipal


ASCON - Asses. Contábil SS
Contador CRC nº 629/O-3


João Gomes Coutinho Neto
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2021

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS REALIZADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

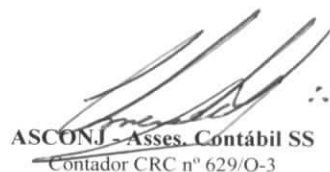
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(g)=((Ia-IId)+IIIh)	(h)=((Ib-Ile)+IIIi)	(i)=(Ic - II f)
	0,00	0,00	0,00

Notas:

A municipalidade não realizou alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Independência-CE, 27 de Março de 2020


José Valdi Coutinho
Prefeito Municipal


ASCONJ - Asses. Contábil SS
Contador CRC nº 629/O-3


João Gomes Coutinho Neto
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2021

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		
			2021	2022	2023
			0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00	0,00	0,00

Notas:

Nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, o Município de Independência/Ce não pretende conceder anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos e contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Independência-CE, 27 de Março de 2020


José Valdi Coutinho
Prefeito Municipal


ASCOM - Asses. Contábil SS
Contador CRC nº 629/O-3


João Gomes Coutinho Neto
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Independência

ESTADO DO CEARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de

Caráter Continuado

2021

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTOS	2021
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	0,00

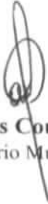
Notas:

Nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, o Município de Independência/Ce primando pelo equilíbrio das contas públicas, não pretende instituir lei ou ato administrativo normativo que criem, expandam ou aperfeiçoem ação de governo acarretando aumento de despesa pública.

Independência-CE, 27 de Março de 2020


José Valdi Coutinho
Prefeito Municipal


ASCON - Asses. Contábil SS
Contador CRC nº 629/O-3


João Gomes Coutinho Neto
Secretário Municipal